

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

A Cultura está muito próxima de uma ideia de civilização, porquanto através dela nos concebemos, como cidadãos, membros de uma comunidade, onde, partilhamos e descobrimos valores e representações, inteiramente ligados a relações humanas, que mantemos e a esforços que, conjuntamente fazemos, para um bem permanente: o nosso desenvolvimento. A expressão: “ nós somos o que fomos”, ouvida quotidianamente, não nos é estranha. Transporta, em si mesma, uma noção de passado, à qual está conotada uma ideia de herança. Somos pessoas de herança. Sabemo-lo. Somos membros de uma comunidade, com passado e futuro. Somos Civilização. O maior desafio inerente à Cultura, por parte de quem a produz e de quem a recebe, sob variadíssimas formas, não pode ser só apoiado em factores de Tradição, mas também em factores dependentes da Modernidade. Somos, enquanto cidadãos, perfeitamente capazes de compreender a Cultura de uma determinada época, assim como, somos também capazes de a situar, entre uma extensa panóplia de acontecimentos. Cabe-nos o Dever de preservar o nosso passado

cultural, nas suas variadas vertentes. Uma comunidade deve encontrar o equilíbrio entre a Tradição e a Modernidade.

É, por isso, que é fundamental que uma política cultural contenha dois níveis de acção: um, determinante para que não sejamos pessoas sem herança: o da recordação do passado, manifestado pela preservação do que fomos; o outro de confiança no Futuro: aberto ao novo e à modernidade. Ambos, não opostos, mas complementares são a razão da aquisição dos estilos e da construção de uma Identidade, dita Cultural, cujas manifestações se repercutem no “modus vivendi” da Comunidade.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

Jamais a Cultura deve ser entendida como “arma de arremesso” para breves constatações, cujo principal objectivo é afastar as pessoas da sua real concretização: a cultura da Cultura. É, por isso, errado destacar-se a Cultura das restantes manifestações sociais. Fazer isto é desenraizar uma parcela muito importante do exercício pleno da cidadania activa.

Existem tempos em Cultura, tempos de educação e fruição que não são possíveis se não se encarar a cultura como aposta nas Pessoas. Infelizmente, ainda há quem pense que a Cultura é uma actividade industrial, esquecendo que a arte de a cultivar tem como única essência: as pessoas. Nelas a bagagem cultural, para usar um termo mais acessível, não demora vinte minutos a abastecer.

Porém, é natural que assim pensem alguns, porque, infelizmente, estão habituados à Cultura do show off, da pressa, da avaliação feita à medida dos decibéis. Para esses, a Cultura não é nada mais, nada menos do que uma euforia apressada cujo consumo imediato deixa no ar um “perfume” indecifrável.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

A Cultura não sobrevive a relações de pressa. Não sobrevive a listas e listas de concertos e espectáculos de pirotecnia. Enganam-se os que pensam que orçamentos milionários são sinónimo de Evolução Cultural. Não são. São sim passos gigantescos para a criação de sociedades de massas individualistas, cuja principal estratégia acaba na mutilação dos processos civilizacionais em relações de pressa sem tempo para um crescimento saudável e

coerente. Considera-se por isso que a promoção do desenvolvimento cultural assente num leque riquíssimo de valores patrimoniais é fundamental para o desenvolvimento de uma política cultural. A Cultura também se faz do vínculo das pessoas aos seus contextos, mas isso exige tempo. E, para alguns, o tempo é perda de dinheiro, porque entendem valores culturais como sinónimo de quantidade, porque valorativos, e não como qualidade.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

O programa 4 da proposta para o Orçamento Regional de 2006 em discussão nesta Assembleia enquadra o investimento no Património e Actividades Culturais num total de 10 milhões 441 mil e 500 euros, distribuídos por dois projectos: Dinamização de Actividades Culturais e Defesa e Valorização do Património Arquitectónico Cultural. Esta verba para 2006 representa um acréscimo de investimento na ordem dos 3 milhões de euros. Destaca-se a importância dada por este orçamento à Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural da Região Autónoma dos Açores, facto que encontra expressão em acções como as obras da

Biblioteca e Arquivo da Horta, a instalação do Museu da Arte Sacra no Colégio dos Jesuítas, a Casa de Armando Cortes Rodrigues ou o Recolhimento de Santa Bárbara.

O valor Cultural, no sentido qualitativo do termo, de que estão investidos estes monumentos é imenso. A sua remodelação e conservação denota uma clara aposta no diálogo interactivo que estes espaços carregados de memória e identidade possuem, mais não seja, porque sustentam em nós, um orgulho por ser de onde somos e a capacidade de nos reconhecermos como Pessoas de Memória.

Os Museus, as Bibliotecas e os Arquivos são elementos activos da nossa vida social, onde a criação e a fruição culturais são consagrados como factores integrais para a formação de nós próprios.

No âmbito da Dinamização das Actividades Culturais, salienta-se a acção respeitante ao apoio à Lira Açoriana, cuja contínua existência, desde 1998, deve ser, ao contrário do que alguns defendem, uma das expressões do Valor Cultural dos Açores.

A Orquestra Regional dos Açores, Lira Açoriana que congrega mais de uma centena de jovens músicos das filarmónicas da nossa Região é um projecto culturalmente válido, representante de uma visão cultural evoluída. Ao longo de sete anos de formação, a Lira Açoriana tem estado sempre em constante desenvolvimento, executando repertórios que são ensaiados, por todos os músicos, junto com os seus coordenadores nas ilhas de origem. Durante uma

semana, encontram-se e é feita a unificação do grupo, em estágio, para a realização de um concerto. A grandiosidade desta Orquestra Regional dos Açores pôde ser vista, no passado mês de Outubro, em Ponta Delgada.

A Orquestra Regional dos Açores é uma marca indelével da concepção da palavra Açorianidade, não devendo, por isso, ser confundida com uma espécie de produto descartável, que se inicia e esgota num só momento. Que a este propósito fique assente, pelo menos, o respeito que as pessoas que formam a Orquestra Regional dos Açores merecem de todos nós.

Hoje celebra-se o dia Mundial dos Músicos. A nossa tradição consolidou no decurso dos anos da nossa vida colectiva a expressão musical. De facto, hoje em todas as ilhas, há uma enorme aptidão musical, mesmo nas gerações mais novas, que se manifesta em variadíssimas vertentes, e cujo contributo é essencial para um sentido de identidade cultural que, felizmente, nos Açores é cada vez maior e melhor.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

Uma comunidade culturalmente evoluída deve concentrar uma forte aposta na formação. A conjugação de apoios aos cursos de educação extra-escolar, a comparticipação nas despesas de criação e construção de Redes de Bibliotecas Municipais, aonde é promovida a leitura, a concessão de bolsas para Formação ou a própria Orquestra Regional dos Açores são apostas claras na Formação das Pessoas. Essas apostas, como sabemos, são fundamentais para o crescimento do sentido crítico da civilização. Felizmente, longe vai o tempo, em que a Região estava fechada em nove casulos, afastados das realidades Culturais de outros sítios, sem possibilidade de viver outras visões de Cultura.

A acção respeitante ao Laboratório Escola Móvel de Teatro representa, essa nova abertura que se vive nos Açores. Abertura, essa que, além de proporcionar uma iniciativa completamente inovadora, é também sintoma de uma aposta contínua na formação e dinamização dos grupos de Teatro da Região.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

O papel do Governo Regional na execução das políticas Culturais não pode nem deve ser confundido com tornar o Governo Regional um Agente Cultural. Fazê-lo significa que, de política cultural, se tem um entendimento deturpado, ou seja, considera-se, que cabe, única e exclusivamente, ao Governo Regional organizar eventos. Tornar-se numa Fábrica de Espectáculos. Não o queremos de certo, porque como sabemos, o Governo Regional não impõe pautas, gostos literários ou orientações culturais, por exemplo. É urgente que se compreenda que o Governo Regional deve, acima de tudo possibilitar aos cidadãos a participação na vida cultural, fornecendo-lhes os meios e os instrumentos necessários para desenvolver as suas próprias práticas culturais.

A isto chama-se Democracia Cultural e é, em nome desta Democracia, que devemos lutar sempre nesta Assembleia, sob pena de transformarmos a Cultura numa arma de arremesso político ao serviço dos interesses eleitorais, servindo objectivos puramente mediáticos.

Disse...

Horta, Sala das Sessões em 22 de Novembro de 2005

Cultura
A Deputada Regional
Mariana Matos